

EM TOMÁS DE AQUINO, DESCOBRIR O SIGNIFICADO DA HISTÓRIA NOS SENTIDOS DA ESCRITURA

In Thomas Aquinas, discover the significance of History in the senses of Scripture

*Maria Helena da Guerra Pratas*¹

Resumo

João Paulo II, referindo-se às tarefas atuais da teologia, afirmou a necessidade de investigar a verdade profunda e genuína que os textos bíblicos querem comunicar e que adquirem a sua plena explicitação na leitura perene feita ao longo dos séculos (*Fides et Ratio*, 94). Este estudo pretende dar resposta, em parte, a este desafio. A metodologia consistiu na análise de toda a obra de Tomás de Aquino e da bibliografia correspondente. A teoria exegetica dos sentidos da Sagrada Escritura, muito usada no período medieval, apresenta características e formulações de grande interesse para desvendar o sentido da História. O sentido literal e o espiritual, nas suas três dimensões significativas: alegórica, moral e anagógica, transmitem uma visão da História centrada em Cristo e orientada para o futuro definitivo. Palavras-chave: Tomás de Aquino, Sentidos da Escritura, História da Salvação.

Abstract

Referring to the current tasks of theology, John Paul II affirmed the need to investigate the profound and genuine truth that biblical texts seek to communicate, which acquire their full significance in the perennial appraisal made throughout the centuries (*Fides et Ratio*, 94). This study aims to respond in part to this challenge. The methodology consists of an analysis of the entire work of St. Thomas and its corresponding bibliography. The exegetical theory of the senses of Sacred Scripture, widely used in the medieval period, presents characteristics and formulations of great interest to unveil the meaning of history. The literal sense and spiritual sense, in three significant dimensions – allegorical, moral and anagogical – convey a vision of History centered on Christ and oriented towards the definitive future. Keywords: Thomas Aquinas, Senses of Scripture, History of Salvation.

1) A Autora, doutorada em Teologia pela Pontificia Università della Santa Croce, Roma, é membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa – SCUCP.

Introdução

Tomás de Aquino considera a Sagrada Escritura como uma luz ou “raio derivado da Verdade Primeira que revela o plano divino da Salvação, o mistério do acontecer histórico e da ordem universal ao fim”.² A tradicional teoria exegética dos sentidos da Escritura, da qual este autor é herdeiro e teorizador, apresenta características e formulações de grande interesse para desvendar o sentido da História: um dos modos pelo qual se expressa e abarca algo da riqueza da Revelação divina e se penetra, através do imediatamente aparente, nos aspectos mais interiores, menos evidentes. É inteiramente razoável que as várias épocas “traduzam” as declarações da Escritura para a linguagem e o pensamento do seu tempo. Assim, através dos Sentidos da Escritura, o exegeta vê Deus e os seus desígnios providenciais no íntimo de cada acontecimento singular.

Sentidos da Escritura e Sentido da História

Afirma o Catecismo da Igreja Católica:

Segundo uma antiga tradição, podemos distinguir dois *sentidos* da Escritura: o sentido literal e o sentido espiritual, subdividindo-se este último em sentido alegórico, moral e anagógico. A concordância profunda dos quatro sentidos assegura a sua riqueza à leitura viva da Escritura na Igreja (CCE, 115).

A Escritura, ao narrar fatos históricos, transmite eventos realmente sucedidos. Quando uma verdade se manifesta através de palavras, temos o sentido literal ou histórico. Já o sentido espiritual refere-se à revelação mediante fatos e está intimamente unido ao curso da História governada pela Providência Divina. O Autor dos livros sagrados pode adaptar tanto as palavras como os eventos para revelar os seus desígnios, presentes e futuros, pois Ele é Senhor da História.

Como já mencionado, o sentido espiritual admite três dimensões de significado: alegórico, moral ou anagógico. Se um acontecimento ou uma coisa do Antigo Testamento representa algo do Novo, trata-se do sentido alegórico. O sentido tropológico ou moral relaciona-se aos fatos que contêm

2) Cf. TOMÁS DE AQUINO. *In librum B. Dionysii De divinis nominibus expositio*, c. 1, lc. 1, n. 15: “Veritas enim sacrae Scripturae est quoddam lumen per modum radii derivatum a prima Veritate”.

um ensinamento relativo à atuação, enquanto que o sentido anagógico encerra um significado escatológico ou celestial. Portanto, a Escritura é exposta em quatro sentidos, embora cada texto não necessariamente contenha todos eles.

Dos quatro sentidos da Escritura, o sentido literal ou histórico tem a primazia, constituindo-se o fundamento do qual procedem e no qual se apoiam os outros sentidos. A primazia do sentido literal está unida à necessidade de expor a Escritura em concordância com ele, e o que a Escritura propõe como narração histórica é o ponto de partida de qualquer outro aprofundamento. Por sua vez, o sentido espiritual assenta-se sobre o literal e a plenitude de significado é exclusiva do Autor Divino. Desta forma, na procura do sentido espiritual, o primeiro passo consiste em estabelecer acertadamente o sentido literal. Somente após determinar o sentido das palavras e das realidades denotadas, procede-se à investigação dos motivos das ações e palavras bíblicas. De fato, manifesta-se uma real preocupação em aceder aos Livros Sagrados quando se tem em conta as circunstâncias históricas da sua composição. E, mesmo nos casos em que o texto não tem como objetivo imediato a narração de eventos, interessa-lhe sempre a realidade histórica.

Contudo, só a determinação do sentido literal, que leva ao conhecimento da História, não é suficiente: necessita-se prosseguir na sua compreensão. O sentido espiritual, sem tirar valor ao fato em si mesmo, permite transcender a sua facticidade e adentrar no sentido mais profundo do acontecer. A compreensão plena dos eventos narrados na Escritura inclui crer que foram realizados e escritos para mostrar algum significado ulterior, não imediatamente patente, mas velado. O Espírito Santo, assim como inspirou os autores dos Livros Sagrados, moveu também os santos a atuar em ordem a expor algo cujo alcance total lhes escapava e provavelmente também ao próprio hagiógrafo. Em certas ocasiões, preservando o fundamento histórico, o carácter profético dos fatos narrados transcende a virtualidade da História: os eventos devem ser superados para elevar ao conhecimento de algo prometido e anunciado como futuro. Destarte, a finalidade reveladora tem assim uma incidência nesses fatos, conformando-os adequadamente.

Os acontecimentos podem ser contemplados sob duas óticas diferentes: uma sensível e outra espiritual. A primeira reflete a visão das testemunhas presenciais que os transmitiram. A segunda requer como condição indispensável um estudo atento e um conhecimento das regras próprias da sua leitura, devendo estar sempre apoiada na fé. A mera percepção dos fatos não basta, pois não é Revelação, a menos que se manifeste o sentido divino

destes. Não é possível alcançar o correto discernimento dos sentidos ocultos da Escritura sem um *potenciamento* da capacidade intelectual mediante a luz da fé. É esta luz que, elevando a luz da razão, permite penetrar nos fatos singulares, de modo a que se possa ler em cada um – concretamente mediante os quatro sentidos da Sagrada Escritura – toda a estrutura da História da Salvação, a totalidade do plano divino.

O Doutor Angélico define as regras que orientam a leitura dos fatos, convicto de que não são fruto de uma interpretação arbitrária do exegeta, mas obedecem a princípios próprios, fundamentados na finalidade e no carácter progressivo da Revelação, assim como aos princípios gerais da exegese da Escritura. O princípio básico do qual se deve partir é a sua origem divina. Nela se baseia a íntima coerência de todas as verdades reveladas que não se contradizem, pelo contrário, complementam-se, visto que os textos projetam luz uns sobre outros e ajudam o leitor a uma maior compreensão. O sentido espiritual é iluminado pelo literal e não há verdades insinuadas pelos fatos que não sejam abertamente afirmadas em outros trechos da Escritura. A qualquer exposição espiritual deve corresponder alguma exposição literal da Sagrada Escritura, pois não há nada oculto que não se exponha noutra lugar manifestamente.

A realidade de que Deus é o Autor da Bíblia e de que governa os acontecimentos segundo o plano da sua Providência determina o desenvolvimento progressivo e homogêneo da Revelação e a íntima harmonia dos dois Testamentos, bem como fundamenta a interpretação espiritual e a cristológica do Antigo Testamento, iniciada por Cristo e ensinada aos Apóstolos, a quem Ele abriu a mente para que entendessem as Escrituras (Lc 24,44-45), além de enviar o Espírito Santo ao coração dos crentes para que entendessem espiritualmente os acontecimentos.

No sentido literal, manifestam-se abertamente atributos divinos como a bondade, a sabedoria, a onipotência do Criador, ou outros traços que representam a Fonte de todas as perfeições. Os eventos narrados possuem, mediante o sentido espiritual, uma carga significativa insuspeitada, que abarca simultaneamente vários níveis, e nos quais se expressa a inerente inteligibilidade do acontecer histórico. Partindo da realidade histórica, fundamento do qual arranca o sentido espiritual, os acontecimentos manifestam também realidades futuras, assim como as normas da atuação em ordem ao fim.

A criatura racional conhece e ama Deus através do visível e do material, mas é através do tempo que atinge a eternidade. Sob esta perspectiva, valoriza-

se ao máximo o temporal e o histórico, sem haver uma cisão entre as coisas do tempo e a eternidade. O transcurso histórico alcança um valor imperecível devido à sua condição de meio para alcançar o fim, adquirindo o sentido mais radical em ser forja do eterno. Este é também o princípio que explica a existência, nos fatos narrados nos Livros Sagrados, de um sentido mais profundo do que aparenta à primeira vista. O Senhor da História serve-se dele para, com divina pedagogia, conduzir os seres humanos progressivamente ao conhecimento e ao amor dos bens invisíveis e das verdades eternas, através de fatos e realidades visíveis.

Para Tomás de Aquino, a História não é uma sucessão cíclica, segundo a visão greco-romana, ou um devir histórico sujeito a leis inexoráveis, impessoais, mas um suceder-se das iniciativas de Deus e das respostas humanas. Mesmo quando essas respostas não coincidem com a vontade divina, Deus pode assumi-las em ordem aos seus desígnios salvíficos. Deus permite o mal, ordenando tudo ao bem, pela sua Providência. Ele afirma também que a beleza está presente até mesmo no contraste de luzes e de sombras, na alternância de bens e de males no universo, tal como num poema, a introdução de pausas contribui à suavidade do canto, à sua musicalidade.

O Universo no seu todo é uma imagem mais perfeita do Criador, um canto de louvor à glória divina. A ordem universal ao fim imita, no seu decurso, o eterno presente e a simultaneidade total de Deus. Na bem-aventurança dos santos – suprema glória de Deus – consuma-se o desenvolvimento até à plenitude de toda a criação. Este é o final da História e dos tempos, tal como Deus o revelou.

No entanto, essa plenitude já se tornou presente no tempo pela Encarnação do Verbo (Jo 1,14). Elevada à unidade pessoal do Verbo, a natureza humana de Cristo é instrumento de salvação, fonte da participação da graça nos crentes para a vida eterna. Pela Encarnação, a História converte-se, de um modo intenso e radical, em História Sagrada. O Cristianismo não anuncia uma salvação para além da História, mas já presente no tempo, em Jesus Cristo (Hb 13,8). O valor da História enalteceu-se quando o Eterno quis submeter-se ao ritmo do tempo. No espaço e no tempo, Deus abre a sua intimidade e permite aceder a ela, utilizando a linguagem humana, pelas vias da Encarnação e da História. Destarte, no Filho de Deus, consubstancial ao Pai, Imagem do Deus invisível (Col 1,15), habita toda a plenitude da divindade corporalmente (Col 2,9), tornando visível o Deus invisível e chamando ao seu amor.

Ora, se a debilidade humana necessita ser conduzida ao conhecimento e ao amor das coisas divinas mediante coisas sensíveis e conhecidas, a humanidade

de Cristo nos alça a isso: “*para que conhecendo a Deus visivelmente, sejamos por Ele arrebatados ao amor das coisas invisíveis*”.³ Ou seja pelo material e visível somos conduzidos ao conhecimento e amor do espiritual e invisível. Com efeito, Deus ordenou a História a significar Cristo e as realidades interiores da graça e da glória; e o Espírito Santo torna possível, através das narrações dos eventos, evidenciar as suas dimensões mais profundas; e não permite que aqueles a quem se revela permaneçam atados às imagens ou figuras, mas eleva-os ao conhecimento das realidades inteligíveis que comunica.

A assistência divina não invalida o esforço humano, mas conta com ele, visto que, para aprofundar a verdade de fé contida na Escritura, é necessária uma longa experiência e estudo. Exige-se o conhecimento das regras hermenêuticas; o que é próprio do sentido literal e do figurado, o estudo do texto, do contexto, dos lugares paralelos. Também o sentido espiritual reclama um estudo atento das características das figuras: estas apoiam-se em semelhanças, mas comportam diferenças; às vezes um acontecimento recorda outro, antitético; fatos paralelos repetem-se em momentos muito distantes entre si, nas diversas épocas da humanidade; em algumas ocasiões, as figuras multiplicam-se e complementam-se para significar mais explicitamente realidades futuras, mais ou menos próximas.

O esforço pessoal, indispensável, não é, porém, suficiente, dado ser impossível penetrar no valor revelador dos acontecimentos sem o auxílio divino. Por isso, o exegeta deve implorá-lo com humildade, pois só Deus abre o sentido da Escritura e desvela os mistérios ocultos. Pela ação do Espírito Santo os acontecimentos ordenados pela Providência a serem figura de Cristo e dos tempos messiânicos são narrados de tal forma que, sem perder o fundamento histórico, a partir deles, a mente se eleva ao que figuram. A fertilidade que o Espírito confere à Escritura supera amplamente as possibilidades de compreensão meramente naturais do leitor, necessitando este da ajuda do próprio Espírito Santo para entender a História de modo espiritual. Não há interpretação autêntica e definitiva da Escritura que não se deva ao Espírito Santo, seu Autor. O Espírito Santo, enviado por Cristo, assistiu aos Apóstolos, aos Padres da Igreja e ao Magistério da Igreja na interpretação das Escrituras. Os Apóstolos interpretaram-nas guiados pelo Espírito Santo, que os conduziu à verdade completa (cf. Jo 14,26). Portanto,

3) Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*, II-II, q. 82, a. 3, ad 2.

há que preservar não só o que foi transmitido nas Escrituras, mas também o que foi dito pelos santos doutores, que a conservaram na sua pureza. Daí o recurso constante à Tradição como via de acesso ao valor revelador da História, ao sentido pleno da Escritura. Depois dos Apóstolos, os Padres da Igreja tornaram-se intérpretes da Escritura. O seu testemunho unânime é regra para a sua interpretação. Por isso Tomás de Aquino preocupa-se por conhecer e conciliar as diversas leituras da Escritura feitas por eles. Acolhe todas as exegeses que não contradigam a fé nem o contexto, manifestando assim, na prática, a convicção de que o Espírito Santo, Autor principal da Escritura, pode transmitir numa só palavra, ou fato, muito mais do que discernem nela os expositores dos Livros Sagrados.

A procura dos sentidos profundos – a hermenêutica dos eventos que transmitem os Livros Sagrados – apoia-se precisamente na historicidade dos fatos, porque são, podem expressar o Ser e refletir os mistérios divinos. Nas figuras, isto torna-se especialmente patente uma vez que se caracterizam precisamente pela sua semelhança e, ao mesmo tempo, pela sua evidente dissemelhança com as realidades significadas. A diferença entre a figura e o figurado faz transparecer o salto, o hiato, a distância a percorrer entre o símbolo e a realidade significada: é a via da negação. Mediante o sentido espiritual – nas dimensões alegórica, moral e anagógica – a razão ilustrada pela fé pretende desvelar algo da infinita riqueza da Revelação: os mistérios de Deus e, em particular, o plano divino da Salvação.

A tipologia não significa uma desvalorização da História, é antes uma afirmação de que na História se descobrem as intenções divinas, os seus desígnios, as suas perfeições. Como os acontecimentos não têm um significado unívoco, pela íntima coerência das verdades contidas na Escritura – analogia da fé bíblica – e pela interpretação de Cristo e dos Apóstolos, da Tradição e do Magistério, torna-se possível discernir o seu autêntico significado. A leitura do sentido dos acontecimentos narrados na Escritura ordena-se à fé e pressupõe-na.

Segundo São Tomás, o termo “revelação” equivale a manifestar algo oculto, remover os véus, e há um duplo véu: o das figuras, que sob signos sensíveis ocultam realidades espirituais, e o da infidelidade, do pecado, da dureza de coração de quem os contempla.

O autor expõe, no *Quodlibet VII*, o valor revelador dos eventos, com base no paralelismo existente entre as diversas etapas da História salvífica e dentro de uma economia progressiva e finalizada da Revelação. Ele explica que na Sagrada Escritura o que acontece posteriormente na ordem do tempo

é significado pelo que o precede; por isso, aquilo que é dito em sentido literal sobre o anterior pode ser exposto em sentido espiritual em relação ao que vem a seguir. Contudo, não se verifica o inverso. Dentro de tudo o que é narrado na Sagrada Escritura, o Antigo Testamento ocupa o primeiro lugar. Os quatro sentidos podem ser aplicados no que diz respeito ao Antigo Testamento em sentido literal. Depois, vem o que se refere a Cristo e à Igreja; sendo que a Cabeça da Igreja precede os seus membros, porque o Corpo Natural de Cristo é imagem do Corpo Místico de Cristo e do que lhe sucede. O Antigo Testamento é prefigura de Cristo e das realidades da Nova Aliança. E na vida de Cristo anuncia-se a da Igreja, seu Corpo Místico, prefigurando a glória e mostrando o caminho da Pátria futura. As realidades da glória, porém, já não podem ser figura, pois constituem o cumprimento definitivo.

Expressa-se assim o dinamismo da História da Salvação: a História se orienta a um fim, uns fatos podem ser prefigura de outros, e é a partir do fim a que estão ordenados que se pode compreender a sua condição de figura. Cristo é a promessa decisiva, a qual se cumpre e explica o passado, e inaugura já o tempo final. Ele representa a última palavra sobre o sentido dos acontecimentos históricos: não há necessidade de esperar algo fundamentalmente novo, um tempo de salvação mais elevado ou mais perfeito. Ele é o ponto de referência decisivo que recapitula em Si tanto o tempo que O precede, como o que O segue.

Dinâmica Histórica Progressiva e Finalizada. Plenitude em Cristo

A Revelação de Deus na Escritura é progressiva. Primeiramente, Deus é conhecido através da sua manifestação no cosmos, revelando-Se, depois, por intervenções históricas sucessivas. Cada novo passo da Revelação supera a manifestação anterior, não a destruindo, mas assumindo-a e dando-lhe continuidade. O conhecimento de Deus e dos seus desígnios foi crescendo com o tempo, com distinta precisão e clareza ao longo das distintas épocas da História. Com divina pedagogia, Deus adapta-se à capacidade humana, conduzindo os homens gradualmente ao conhecimento da verdade, como um mestre que, embora conheça bem toda a sua arte, não transmite tudo de uma só vez ao discípulo, mas paulatinamente, adaptando-se, de forma condescendente, à sua capacidade.

Existem, no decurso histórico, profundas diferenças que delimitam a existência das várias etapas da História da Salvação. Precisamente a

exegese dos sentidos da Sagrada Escritura fundamenta-se sobre esta divisão econômica da História e expressa a sua orientação para o futuro.

No Antigo Testamento, os acontecimentos revelam abertamente Deus e os seus atributos – onipotência, justiça, bondade... – através das suas intervenções na História. Contudo, o característico da Revelação mediante figuras ou tipos é manifestar, por meio de coisas ou de fatos presentes, realidades futuras.

Os acontecimentos do Antigo Testamento revelam os do Novo, que cumpre o que aquele anunciava, e este incoa as realidades futuras da Pátria. No seu conjunto, os eventos da antiga economia tinham a finalidade de revelar o mistério de Cristo e significar a Redenção e a santificação que o Salvador traria. Os Patriarcas são uma prefigura do Cristo futuro e da justificação. Os acontecimentos do Êxodo e a economia sacramental, tanto da Lei Natural como da Antiga Lei, conjugam-se para significar a plenitude da graça e a economia sacramental do Novo Testamento. O reino de David é imagem do reino messiânico. Os Profetas anunciam a vinda do Messias, não só com palavras, mas também com as suas vidas. Os fatos materiais e históricos da Antiga Aliança, contemplados à luz da Revelação neotestamentária e da fé, transcendem-se em Cristo e nele recebem o seu pleno sentido, a sua verdade última. Ele é a realização das promessas feitas aos Patriarcas, a verdade da circuncisão, a verdade da Aliança, a verdade de toda a história de Israel.

Pouco a pouco, o povo escolhido é conduzido, pela pedagogia divina, ao Messias e aos bens invisíveis e eternos, que Ele alcançou para nós. Enquanto no plano literal, Deus Se manifesta Senhor do povo e da História e a dirige, preparando nela, lentamente, a Encarnação do seu Verbo, o sentido espiritual acentua esta realidade, anunciando-O como Mediador e Legislador, como Salvador, Juiz, Rei e Pontífice Eterno... Também os mistérios mais importantes da sua vida se prefiguram nas distintas épocas da humanidade e em distintos aspectos que enriquecem o significado desses mistérios. Delineiam-se os seus rasgos, de um modo ainda impreciso, sob o véu das figuras. Nenhuma figura representa exhaustivamente o mistério do Verbo Encarnado e as realidades da graça, por isso são necessárias muitas figuras para expressar os seus diversos aspectos. Com efeito, a multiplicidade é própria das criaturas que são parcialmente finitas, limitadas, fragmentárias, tendendo, no seu conjunto, a reproduzir a plenitude do seu termo e do seu exemplar, Aquele que, chegada a plenitude dos tempos, recapitularia em Si todas as coisas, as do Céu e as da Terra (Ef 1,10).

Na economia do Antigo Testamento – lido à luz do Novo Testamento – os acontecimentos encontram-se intimamente vinculados entre si. Cada etapa

articula-se com a precedente rumo a uma meta determinada, manifestando um desígnio: a História ascende lentamente até a plenitude e concentração em Cristo, alcançando n'Ele o seu ápice. O arco da História da Salvação forma uma unidade que se desenvolve progressivamente até amadurecer n'Ele: todo o Antigo Testamento se apresenta como uma longa via que conduz a Cristo.

Pensar a História a partir de Cristo foi proclamado com decisão pelos cristãos das primeiras gerações e é uma realidade central também no pensamento do nosso autor. Cristo é a plenitude dos tempos (cf. Gal 3,4). Este é o “tempo da plenitude” por vários motivos: primeiro, porque, com a assunção da natureza humana, todas as criaturas se uniram ao seu princípio, e o universo atingiu a sua máxima perfeição; é tempo de plenitude, pela abundância de graça comunicada; porque se cumpriu a lei; porque ao nascer o Senhor dos tempos aconteceu algo maior que o tempo e que o culminou; e porque se realizou o que Deus previra desde toda a eternidade e anunciara pelos profetas. Em Cristo, culmina a Revelação e cristaliza a perfeição da História. Todas as intervenções divinas na História se reúnem na Encarnação do Filho de Deus, como intervenção central a que todas as outras se encontram dirigidas.

Cristo é a plenitude do tempo e a plenitude da Revelação, tanto histórica como cósmica e escatológica: plenitude da Revelação cósmica, pois todas as coisas foram criadas por Ele e em vista d'Ele (cf. Col 1,15-17), numa relação de origem e de finalidade, como participações da semelhança divina em plenitude – que é o Verbo; plenitude da Revelação de graça e escatológica, porque os “novos céus e a nova terra” já foram antecipados na sua humanidade gloriosa. Todas as etapas da Revelação divina na História se encaminham ao prometido na Aliança e anunciado pelos profetas. Ele é a plenitude da palavra profética, o cumprimento das promessas; e, na sua Pessoa, realiza-se a aliança perfeita entre a humanidade e a divindade. A Encarnação realiza a plenitude da participação divina que constitui o fim e a felicidade humana, com a qual o universo adquire a sua perfeição máxima. Dessa forma, a História atingiu o seu fim, o seu ápice, a sua meta.

A exegese espiritual é a expressão indubitável da centralidade de Cristo na História. Esta leitura dos eventos não só se baseia na História, mas fundamenta-a: contempla-a na sua verdadeira perspectiva; observa à sua luz o passado, o presente e o futuro. As figuras ou tipos concentram-se à sua volta, como o núcleo de atração de todos os seres e de todos os acontecimentos, buscando reproduzir a plenitude do seu termo e do seu exemplar, assinalando – a seu modo – a recapitulação em Cristo de toda a criação. Enquanto o

sentido alegórico manifesta nos acontecimentos a sua ordenação ao Messias, em quem encontra o seu cumprimento, o sentido moral apresenta-O como modelo e tipo do caminhar humano, e o sentido anagógico sublinha, na centralidade de Cristo, a sua dimensão de meta e consumação do acontecer. Por este meio, afirma-se uma presença de Cristo na História, que não se limita à sua Encarnação no centro do tempo, em sentido puramente cronológico, embora este seja o fato definitivo que ilumina os acontecimentos.

A centralidade de Cristo não se expressa unicamente através dos sentidos da Escritura. São Tomás fala insistentemente de Cristo como modelo e exemplar da História, e evidencia esta exemplaridade em termos de participação, tanto no sentido espiritual como no literal, por exemplo, ao tratar da capitalidade de Cristo e da graça. A plenitude de Cristo (Jo 1,14) dá lugar, na ordem da graça, a algo semelhante ao que ocorre na natureza: assim como a multiplicidade das criaturas do universo manifesta a infinita perfeição divina, a diversidade de graças e carismas, ao longo da História da humanidade, revela a perfeição e a plenitude da graça do Verbo Encarnado. A História é vista como uma distensão cujo transcurso imita e está direcionado Àquele que é Cabeça de todas as pessoas e de todo o universo. O curso histórico aparece, assim, como o desdobrar das riquezas que n'Ele habitam. Embora Deus tenha distribuído sua riqueza em todas as suas obras, essas riquezas só se tornam um tesouro quando reunidas em Cristo, O qual esconde em Si todos os tesouros da sabedoria e ciência.

A realidade de Cristo como acontecimento central não invalida o caminhar da História em direção ao futuro: o Antigo Testamento orienta-se para a sua primeira vinda e o tempo que se segue aguarda a sua segunda vinda, no final dos tempos. Toda a História se configura como um longo advento rumo ao futuro ulterior e definitivo do mundo em Deus. Cristo é considerado *o princípio da História, da sua realidade, da sua unidade e da sua inteligibilidade*.

A História é vista como percurso de regresso do homem viador à eternidade, e em Cristo – na sua humanidade – encontra-se o único caminho para esse retorno, cumprindo o sentido do tempo, o sentido da História. Assim como Deus definiu, preordenou e criou tudo, sustentando e governando no Filho, também por Ele o leva ao seu termo, sendo simultaneamente o polo de atração da História e a sua força propulsora. De fato, no atuar da criatura no seu retorno a Deus, o Verbo Encarnado está presente, sustentando a sua operação, visto que nenhuma criatura pode por si mesma subsistir nem atuar. Ele preside, pois, o curso dos séculos, não só segundo a sua divindade, mas

também na sua humanidade. Na ordem do retorno a Deus, nada existe que não venha de Cristo, porque toda a vida sobrenatural provém de Cristo: toda a vida teológica e moral é vida de Cristo em nós. Ele recapitula em Si todas as coisas para que, com Ele e por Ele, voltem à união com o Pai.

Jesus Cristo não é só via do retorno à casa do Pai – a via que as pessoas e a História percorrem – mas também o fim da História; se na sua humanidade é via, na sua divindade é termo. É Caminho e Mediador enquanto se encarna e habita entre nós, e fim transcendente em relação ao próprio desenvolvimento histórico: Cristo como fim da História situa-se fora do curso temporal, porque está na Trindade eterna.

A História: Processo de Constituição do Corpo Místico de Cristo

O Concílio Vaticano II contempla o decurso da História universal como o processo de formação da Igreja, Povo de Deus e Corpo Místico de Cristo (LG, 2). A concepção da Igreja como existente desde a origem do mundo e estendendo-se até ao fim dos tempos é dominante nos textos de São Tomás. Pela fé em Cristo que havia de nascer, pertenciam já os justos do Antigo Testamento à única Igreja fundada por Cristo. A História da humanidade é vista como um processo de assimilação a Cristo – pela Fé e pelos Sacramentos – que só chega ao seu grau supremo onde está a plenitude do Corpo Místico. Os graus de identificação com Cristo são, inseparavelmente, graus de pertença ao seu Corpo, que é a Igreja.

Não se deve aguardar por uma nova era, ou um novo estado na História da Salvação. Com efeito, o cristão não fixa seu olhar no final da História, mas no definitivo e que já lhe foi concedido: dirige-se a Cristo, em quem a perfeição última já foi preparada, demonstrada, revelada.

Na Ressurreição se manifesta o estágio final. A fé e a graça do tempo presente representam a incoação da glória da visão de Deus. Ao lado do carácter definitivo do último tempo, este também possui um carácter provisório, ao se acercar do estado verdadeiramente definitivo, alcançável apenas fora do tempo. Por isso, a Igreja em estado de via é figura da realidade última e essencial: a Igreja, Jerusalém celestial, na qual encontra o seu modelo.

O sentido alegórico e o anagógico conjugam-se em ordem a assinalar que tudo – pessoas e História, tempo e eternidade – converge em Cristo, Cabeça da Igreja militante e da Igreja triunfante. Aquele que atrai a Si todas as coisas é também o centro da escatologia; assim como no início tudo estava

n'Ele, o fim e o sentido último é instaurar, recapitular tudo em Cristo. N'Ele cada momento dos acontecimentos adquire sentido; Ele reúne em Si todos os instantes, todos os eventos temporais “perdidos” e “dispersos” que se unificam por Aquele que é o Primogênito de todas as criaturas, a Cabeça da Igreja, em quem habita toda a plenitude (Col 1,15-20). O Corpo, do qual Ele é a Cabeça, está formado por pessoas de todos os tempos, cujas ações não se perdem, mas constroem uma casa duradoura com pedras, que aparentemente são efêmeras. O Corpo de Cristo compreende e abarca todo o curso da História, no qual pessoas de todas as épocas, n'Ele e pelo Espírito Santo, regressam ao Pai.

O processo de constituição da Igreja expressa-se com frequência na Escritura e na Tradição por meio de imagens associadas à edificação. A construção do tabernáculo e do templo no Antigo Testamento são figuras da fundação da Igreja por Cristo e do seu Corpo. Em sentido alegórico, o templo histórico simboliza a Igreja, enquanto que no sentido moral, assinala a alma dos justos e, no sentido anagógico, denota a visão beatífica dos bem-aventurados. O templo como figura do Corpo de Cristo é explicitamente mencionado no Evangelho de João (Jo 2,19-21); é figura do seu Corpo, porque o templo é morada de Deus e a divindade habita – pela união hipostática – tanto na Alma, como no Corpo de Cristo. Este é o verdadeiro templo de Deus e figura do Corpo Místico, a Igreja. A divindade habita em Cristo pela graça da união e habita na Igreja pela graça da adoção. Embora este Corpo pareça ser destruído pelas adversidades e tribulações, ele se reergue em três dias – da lei da natureza, da lei escrita e da graça. No fim destes três dias, que abarcam o curso dos tempos, todos ressuscitarão, não só para a primeira, mas para a segunda ressurreição. O sentido último da História é a união com Deus – conforme resume o Santo Doutor a mensagem do Evangelho – e esta atingiu a sua perfeição na graça de união, na Encarnação do Verbo, no qual se unem o tempo e a eternidade, a Terra e o Céu. O homem une-se a Deus, retornando a criação ao Criador. Mesmo que o definitivo já se tenha realizado na História, esta continua a ter um sentido positivo no tempo restante: o da edificação da Igreja.

A relação entre a Páscoa e a Parusia não é a de seres passivos ou inertes, pois a livre cooperação humana contribui positivamente para o resultado final, para a instauração de todas as coisas em Cristo. É mister continuar a realizar o imenso regresso objetivo do universo a Deus, sua origem e termo, mediante o regresso subjetivo da humanidade a Cristo, pela identificação com Cristo, pela plena pertença ao seu Corpo Místico. Quando o número

dos eleitos estiver completo, a História chegará ao seu término, pois estará realizado plenamente o plano de Deus. Em Cristo e por Cristo – na sua Igreja – cumpre-se a predestinação do gênero humano. Na Terra, a Igreja é o conjunto dos fiéis, no Céu será a comunidade dos que já desfrutaram da visão beatífica; aqui está sujeita à fé, ali a fé abrirá passo à visão (1Cor 13,12).

A História, Docência Divina

Os relatos dos Livros Sagrados sobre Cristo e seu Corpo Místico foram escritos para nos instruir, uma vez que, ao descrever a paciência dos justos em face dos sofrimentos e o consolo que Deus derrama sobre eles, nos fornece um exemplo de como suportar pacientemente as tribulações que Deus permite na esperança de alcançar a vida eterna.

Ademais, os livros inspirados do Antigo e Novo Testamento não pretendem retratar uma realidade meramente terrena, mas nos conduzir ao amor a Deus, à salvação e à vida eterna. Ao compor a Sagrada Escritura, o Espírito Santo tinha presente cada pessoa, de forma que cada um pudesse encontrar nela a verdade necessária para cada circunstância da vida, e a palavra e o gesto que iluminariam o entendimento e inflamariam o afeto, orientando a sua conduta de acordo com a vontade divina.

A Sagrada Escritura, mediante fatos e figuras, tem como propósito primordial instruir na fé e dirigir as obras. A teoria dos quatro sentidos da Escritura resume nesta fórmula os seus objetivos principais, com múltiplos aspetos: a constatação das verdades da fé, a instrução dos costumes, a contemplação da verdade e a destruição dos erros. No sentido histórico, recebe-se a verdade da fé; procede-se para a contemplação da verdade mediante o sentido alegórico e das verdades eternas pelo sentido anagógico. O sentido moral orienta-se particularmente à instrução dos costumes. A destruição dos erros contrários à fé somente pode ser feita através do sentido literal. Assim, nesta concepção, a exegese situa-se no âmbito do trabalho teológico, com os mesmos critérios, regras e objetivos, abarcando todas as zonas da realidade.

A Revelação através dos acontecimentos obedece a um motivo pedagógico, manifestando a condescendência de Deus que nos conduz, mediante realidades mais familiares, a outras mais difíceis de captar devido à debilidade do entendimento. A esta finalidade principal acrescentam-se outras motivações secundárias, como a dificuldade de apreensão do sentido espiritual que desperta o interesse do leitor ao exigir mais atenção e esforço,

e ao mesmo tempo elimina a soberba e defende a verdade da fé da troça dos infiéis ao transmiti-la de modo oculto.

O sentido moral diferencia-se claramente dos ensinamentos éticos transmitidos no sentido literal, dado que, fazendo parte do sentido espiritual, envolve a instrução dos costumes através de fatos narrados, com consequências no comportamento, requerendo conversão (cf. 2Tim 3,16-17).

É no sentido moral onde mais se acentua a vertente de luta, a dimensão agonística da História da Salvação. Na Bíblia, aprende-se a conhecer a miséria humana e o pecado, ao mesmo tempo em que se conhece a perfeição a que Deus nos chama. As lutas narradas no Antigo Testamento simbolizam as batalhas a serem travadas contra os vícios e o mal, através da força bélica proveniente dos Sacramentos e da doutrina da Igreja. Por sua vez, o sentido espiritual reflete a vida do cristão como luta e vida do Corpo Místico. O que as figuras mostram corporalmente se remete ao que se reproduz espiritualmente. O sentido moral auxilia a interiorizar e adotar como próprio, por parte de cada pessoa, aquilo que, em sentido alegórico, se refere ao Corpo Místico. Ao comentar a Epístola aos Gálatas, São Tomás faz menção ao sentido moral em seu aspecto mais amplo, o qual abarca a instrução da fé e a moção da vontade, destacando que por Cristo somos iluminados no entendimento e inflamados no afeto. A Escritura ordena-se à graça, enquanto dispõe o entendimento para a fé e capacita o afeto a receber a graça do Espírito Santo. E a graça conduz às obras, às quais as Escrituras exortam de muitos modos.

Sentido moral e dogma são inseparáveis, dado que o primeiro decorre do último; ao invés de algo externo à alegoria, o sentido moral é o fruto pleno e fecundo da interpretação da Escritura. Não se trata de um apêndice que se possa olhar com indiferença, mas o cumprimento do mistério de Cristo na vida do cristão.

Ficar só com o dado objetivo do que sucedeu na História Sagrada e na vida de Cristo seria mutilar a mensagem da Salvação, atraindo-a. A autêntica inteligência da palavra de Deus leva a que seja incorporada na vida, pois, em cada pessoa, a Salvação torna-se efetiva. Ao evidenciar o valor de ensinamento e de exemplo dos fatos narrados, sublinha-se o carácter pessoal da Redenção. O sentido moral é a expressão da necessidade perene de um empenho ativo, totalmente contrário à atitude de evasão no intemporal.

O significado tipológico – além de sublinhar a continuidade entre a Antiga e a Nova Aliança – une inseparavelmente, como duas caras da mesma moeda, a lei da “encarnação-exteriorização” e da “espiritualização-interiorização” dos fatos narrados. A encarnação no material e no visível torna-se veículo

para a expressão das realidades invisíveis que se processam na intimidade de cada pessoa. Sentido literal e espiritual conjugam-se com vistas à progressiva espiritualização e interiorização dos fatos narrados e dos aspectos externos da Antiga Lei. No Antigo Testamento, prometiam-se bens temporais; no Novo, são concedidos bens espirituais e eternos. Assim, a pedagogia divina nos conduz gradativamente, através de promessas terrenas, às realidades espirituais que aquelas designavam. As figuras realizam e mostram o significado último da História: conduzir do material ao espiritual e, através do temporal, inserir no eterno.

O Antigo Israel torna-se, na Igreja, o Israel segundo o Espírito. A Antiga Lei torna-se Lei espiritual. O Espírito Santo, habitando no interior da alma, ilumina a inteligência a uma conduta correta, e a vontade ao bem. A pedagogia histórica e profética do Antigo Testamento tem como fim guiar as pessoas progressivamente a perceber as realidades espirituais e agir em conformidade com elas, que já não são apenas passadas ou futuras, mas que permanecem para sempre. À luz da fé, o Antigo Testamento possui um sentido moral iluminado pelo mistério de Cristo. A vida e os fatos da História Sagrada são preceitos de vida porque o Espírito Santo fala na Escritura por palavras e obras, devendo ser contemplados em relação a Cristo e à configuração com Ele. O sentido literal oferece também exemplos de virtude; contudo, o sentido moral relaciona-se com o mistério de Cristo, que ilumina o agir. Os exemplos de santidade do Antigo Testamento são anúncio e participação da santidade do Salvador. Os exemplos movem mais do que as palavras. É tal a importância dada a esta docência divina mediante a História que Tomás de Aquino chega a considerar a finalidade do exemplo como uma das causas principais da Encarnação. Os mistérios da vida de Cristo aparecem contemplados do ponto de vista da exemplaridade, como modelo da atuação. Esta exemplaridade não é uma imitação externa, mas uma conformidade com Cristo, cujos mistérios são modelos a serem participados.

O Concílio Vaticano II une a afirmação de que o mistério da humanidade só se compreende à luz do Verbo Encarnado precisamente ao fato de que “Adão, o primeiro homem, era figura do que havia de vir” (*Gaudium et Spes*, 22). É significativa esta coincidência com toda a visão que estamos a considerar na obra do Doutor Angélico em relação às figuras e à manifestação de Cristo como eixo de toda a realidade e fonte da inteligibilidade dos eventos. O Concílio afirma que, na Revelação do mistério trinitário, Cristo revela plenamente o Homem ao próprio homem e lhe descobre a sublimidade do seu

fim, como participação da vida trinitária; pois “o conhecimento da Trindade na unidade é o fruto e o fim de nossa vida”.

A revelação cristológica está intrinsecamente ligada à revelação trinitária, visto que só o mistério trinitário possibilita o conhecimento do mistério do Verbo Encarnado e da sua missão salvífica. De modo velado, nas figuras, o Antigo Testamento prepara simultaneamente a vinda de Cristo e a Revelação da Trindade de Pessoas num único Deus. A Trindade estava presente e simbolizada no momento da criação e, de modo particular, na criação do homem – imagem de Deus e da Trindade – pelas operações intelectuais. O retorno das criaturas espirituais a Deus deriva da missão das Pessoas Divinas. O “acontecimento” trinitário é origem e modelo do acontecimento temporal, e leva-o a cabo, deixando nele as marcas da sua presença e valorizando positivamente o tempo ao tornar-se suporte da revelação e expressão do divino.

O ciclo do tempo, segundo o processo de saída e de retorno, é visto também como um reflexo, uma manifestação das processões divinas. O mundo regressa a Deus por meio dos atos livres de inteligência e de amor, que imitam a atividade original de Deus. Destarte, cada pessoa é chamada a fazer crescer a semelhança divina que possui por natureza, pela semelhança da graça, e a realizar a plenitude dessa perfeição pela semelhança da glória. Neste processo de retorno, a humanidade do Verbo de Deus Encarnado é via e modelo: Jesus realiza, na ordem da graça e do mérito, a perfeição da imagem de Deus em virtude de sua condição de imagem na ordem hipostática, e inclui em si todas as pessoas que haverão de ser salvas, conduzindo-as à plenitude da imagem.

Em todos os períodos da História, a graça de Cristo estende sua virtualidade que vivifica e dirige o curso histórico, levando-o à sua plenitude, já que Ele também é o Autor da glória.

Assim como a graça é de Cristo, também o é a glória, ou seja, a plena participação da dos bem aventurados na divindade. O Filho os introduz na glória da herança paterna, depois de ter proporcionado as graças e os Sacramentos que manaram do seu costado aberto, e de ter enviado – com o Pai – o Espírito Santificador, que os configura com Cristo. Não há contradição em afirmar que Cristo é o centro, objeto e plenitude da Revelação, e que o coração da Revelação é a Trindade, uma vez que, no Verbo de Deus Encarnado, se revela o secreto do Pai.

Ao ser conhecido como Filho e Verbo do Pai, Cristo projeta uma luz nova sobre toda a realidade: a Criação, a Natureza, a Graça, o Homem, a Igreja e a

História são iluminados pelo mistério trinitário do qual tudo brota, que tudo explica e ao qual tudo retorna. Somente na Revelação do Verbo Encarnado se tem acesso à profunda compreensão do verdadeiro sentido da História e do Cosmos. A chave última da sua inteligibilidade reside no fato de que a eterna geração do Verbo pelo Pai é a origem e o protótipo de todo o processo temporal. A História é vista como uma “derivação” análoga àquela primeira natividade original, que a torna possível e lhe dá o ser.

Tomás de Aquino leva às últimas consequências a realidade de Cristo como Primogênito de todas as criaturas (cf. Col 1,15). O Verbo Encarnado redime, repara e revela a realidade e fundamenta-a ontologicamente. As criaturas são como uma “imitação” da eterna geração do Verbo pelo Pai, dos quais procede o Amor eterno. O recíproco vínculo entre o Padre e o Filho resume em si, de algum modo, toda a verdade da vida trinitária e a explicação última da História: a realização no tempo do desígnio eterno da adoção como filhos no Filho, à imagem e participação da eterna geração do Verbo de Deus. A adoção como filhos realiza-se pela conformidade da imagem – impressa pelo Espírito – com o Filho natural de Deus. Esta verifica-se agora pela graça, mas só na glória alcançará a plenitude (1Jo 3,2).

Segundo o Doutor Angélico, no Novo Testamento, anuncia-se uma tríplice união a Deus: a graça de união – no Verbo Encarnado –, a graça da adoção e a fruição da glória. Estes três grandes eixos da mensagem evangélica refletem-se nas três dimensões significativas – alegórica, moral e anagógica – das figuras; em suma, a exegese espiritual sintetiza o cerne da fé. Com efeito, o sentido alegórico, tropológico e anagógico acendem a fé, o amor e a esperança rumo à consumação – a participação em plenitude da intimidade da vida trinitária – já revelada em Cristo Jesus.

Bibliografia

TOMÁS DE AQUINO. *Corpus Thomisticum. Opera Omnia*. In: ALARCÓN, Enrique. (ed.). [s.l.]: Fundación Tomás de Aquino, 2013.

ARIAS REYERO, Maximino. Historia y teología. La interpretación de la Escritura en Tomás. *Salmaticensis*, v. 22, 1975, p. 499-526.

BALAGUER, Vicente. El sentido literal y el sentido espiritual de la Sagrada Escritura. *Scripta Theologica*, v. 36, 2004, p. 509-562.

BENTO XVI. Exortação Apostólica Pós-sinodal *Verbum Domini*, 30 set. 2010 (AAS, 102, 2010, 681).

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.

CHENU, Marie-Dominique. Histoire et allégorie au douzième siècle, In: LORTZ, Joseph. *Festgabe*. Baden-Baden: B. Grimm, 1958, v. 2, p. 68-71.

CONGAR, Ives. Le sens de l'économie salutaire dans la théologie de S. Thomas d'Aquin. In: LORTZ, Joseph. *Festgabe*. Baden-Baden: B. Grimm, 1958, v. 2, p. 82.

DAHAN, Gilbert. *Lire la Bible au moyen âge. Essais d'herméneutique médiévale*. Genève: Droz, 2009, p. 199-224.

DE LA POTTERIE, Ignace. La lettura della Sacra Scrittura 'nello Spirito': il modo patristico di leggere la Bibbia è possibile oggi? *Civiltà Cattolica*, v. 137, 1986, p. 209-223.

DE LUBAC, Henri. *Exégèse Médiévale. Les quatre sens de l'Écriture*. Paris: Aubier, 1964, v. 2, p. 285-302.

GELIN, Albert. *Les idées maitresses de l'AT*. Paris: Du Cerf, 1968.

HAYEN, André. Le thomisme et l'histoire. *Revue thomiste*, v. 62, 1962, p. 51-82.

LAFONT, Ghislan. Le sens du thème d'image de Dieu dans l'anthropologie de S. Thomas d'Aquin. *Revue de Sciences Religieuses*, v. 4, 1959, p. 560-569.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Fides et Ratio*, n. 94 (AAS 91, 1999, 78).

LATOURELLE, Rene. *Teología de la Revelación*. Salamanca: Sígueme, 1969.

MAILHIOT, M.D. La pensée de S. Thomas sur le sens spirituel. *Revue thomiste* v. 59, 1959, p. 614-663.

Em Tomás de Aquino, descobrir o significado da História nos sentidos da Escritura

MANRESA, Ignasi. The literal sense and the spiritual understanding of Scripture according to St. Thomas Aquinas. *Biblica et Patristica Thoruniensia*, v. 10, 2017, p. 341-373.

MENARD, Étienne. *La Tradition-Révélation-Écriture-Église selon Saint Thomas d'Aquin*. Montréal: Desclée de Brouwer, 1964.

OCÁRIZ, Fernando. La elevación sobrenatural como re-creación en Cristo In: *Atti dell'VIII Congresso Tomistico Internazionale*. Città del Vaticano: LEV, v. 4, 1981, p. 281-292.

OSSANDON, Juan Carlos. La interpretación bíblica según Santo Tomás. Antecedentes y alcance de su doctrina acerca del sentido literal de la Sagrada Escritura. *Isidorianum*, v. 34, 2008, p. 227-271.

PRATAS, Maria Helena G. *El valor revelador de la historia según Santo Tomás de Aquino*. Roma: PUSC, 1990.

ROSZAK, Piotr; VIJGEN, Jörgen (eds). *Reading Sacred Scripture with Thomas Aquinas: Hermeneutical Tools, Theological Questions and New Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2015.

SECKLER, Max. *Le salut et l'histoire. La pensée de Saint Thomas d'Aquin sur la théologie de l'histoire*. Paris: Du Cerf, 1967, p. 164-172.